

Com a publicação deste volume encerra esta notável obra de tão distinto académico. Este volume, conjuntamente com o anterior, publicado em 1989, historicam a 1.^a República (1910-1926). Completa assim o Autor a tarefa hercúlea a que deitara ombros, ao aventurar-se a escrever sozinho uma História de Portugal, desde as origens da nacionalidade até ao Século XX.

Bem haja o Prof. Veríssimo Serrão pelo seu destemor e trabalho porfiado, que nos ofereceram uma nova síntese da história nacional, obra riquíssima em informação e muito actualizada na bibliografia em que se apoia.

Ao longo dos doze volumes desta obra, o Autor usa um mesmo método de classificação das matérias que estuda, nos vários períodos históricos, embora com a maleabilidade necessária para lhe permitir a adaptação adequada, quando transita para a época da Monarquia Constitucional, ou quando passa ao estudo do período curto mas rico, da 1.^a República.

Assim, nestes dois últimos volumes, analisa sucessivamente: «história política, religiosa e militar; Ilhas adjacentes, África e Oriente» (no XI volume, que inclui índices onomástico, de autores citados e de extratextos, e que soma 504 páginas); «relações diplomáticas e emigração; administração e sociedade; organização económica e financeira; pensamento, instrução e cultura» (no XII volume, que inclui bibliografia, os mesmos tipos de índices do volume anterior e que soma 444 páginas).

A inclusão da história religiosa logo no primeiro grande capítulo do volume XI, e ligada à história política, deve-se obviamente ao novo regime de relações entre o Estado e a Igreja católica que a República se apressou a institucionalizar, a saber, um regime juridicamente qualificado de «de separação» mas que, como o Prof. Veríssimo Serrão muito bem salienta, foi antes de combate sistemático do jovem Estado republicano à vetusta Igreja Católica portuguesa, erro político que marcou dramaticamente os primeiros anos da República, mas que começou a ser corrigido a partir do período sidonista.

Estudar sistemática e aprofundadamente a 1.^a República portuguesa — ou seja, o período compreendido entre a revolução de 4 e 5 de Outubro de 1910 e a iniciada a 28 de Maio de 1926 —

embora signifique analisar um período de apenas dezasseis anos incompletos, é uma tarefa de uma dificuldade extrema pois que, como refere o Autor na «Nota prévia» ao volume XI, «as paixões desencadeadas pelo regime que pôs termo à Monarquia continuam a fazer-se sentir, de maneira viva, na consciência nacional». De facto, como o Autor afirma seguidamente, «ao tentar compreender a realidade histórica em que Portugal viveu de 1910 a 1926, o historiador isento fica muitas vezes perplexo com a carga emocional que o estudo da I República ainda suscita no ânimo dos estudiosos».

Na verdade, raros são os historiadores que, ao estudar a 1.^a República, tentam seriamente ser isentos, mesmo nos nossos dias... Digno de alto louvor se tornou, pois, o Prof. Veríssimo Serrão ao empreender tal estudo com verdadeira isenção, esforçando-se muito seriamente por compreender em profundidade esse período histórico e explicá-lo, lógica e serenamente, ao público leitor.

Estes dois últimos volumes da *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão constituem, a nosso ver, a primeira tentativa séria de um estudo sistemático, interpretativo e aprofundado de todas as facetas da história de um período tão complexo e polémico como foi a 1.^a República Portuguesa. Com efeito, o Autor aborda científica e metodicamente — ou seja, com muito mérito — tanto os aspectos da história política e institucional, como os da história económica e social, como ainda os da história cultural e das mentalidades (ainda que neste último campo, o das mentalidades, de uma forma um tanto sucinta).

Para finalizar esta breve recensão, deixamos aqui um apelo veemente ao ilustre historiador no sentido de prosseguir o seu labor na investigação histórica debruçando-se sobre o período da Ditadura Militar e do Estado Novo, ainda que terminando esse estudo, eventualmente, no final da 2.^a Guerra Mundial. Com efeito, consideramos haver já condições para elaborar uma síntese historiográfica relativa a essa época — ou pelo menos à dos anos 1926-1945 — em que se abordem simultaneamente os aspectos políticos e institucionais, bem como os económicos e sociais, e ainda os culturais e mentais. Oxalá o Prof. veríssimo Serrão, com a sua elevada competência e a sua tão rica experiência, se decida a enriquecer ainda mais a sua *História de Portugal*, com um último tomo referente ao período do Estado Novo ou 2.^a República.

António Pinto Ravara

Março 1991

É sempre com grande interesse e maior proveito que lemos um novo livro do Prof. Joel Serrão, historiador que há mais de trinta anos vem enriquecendo a ciência histórica e a historiografia portuguesa, com múltiplas obras da maior relevância.

Com efeito, desde o tempo já remoto dos seus *Temas Oitocentistas* — cujo primeiro volume foi escrito em 1958 — passando pelo monumental e imprescindível *Dicionário de História de Portugal* — publicado, em 1.^a edição, entre 1963 e 1971 — onde são de sua autoria tantos estudos magistrais, para além do trabalho incansável de direcção duma obra de tal envergadura, lembrando tantos outros livros sobre a História de Portugal, sobretudo dos séculos XVIII a XX, com particular incidência para o século XIX, desde esse tempo já distante, dizíamos, até hoje, o Prof. Joel Serrão tem publicado uma obra historiográfica — para além do mais — que lhe assegura um lugar de grande destaque entre os historiadores portugueses contemporâneos.

Cientista de extremo mérito e escritor talentoso, este Autor tem-nos habituado, há décadas, aos seus livros inteligentes, lúcidos e rigorosos, nos quais a profundidade de compreensão das matérias estudadas é sempre notável, quer se trate de história económico-social, político-institucional ou cultural-mental. Historiador multifacetado e espírito sempre ávido de progresso na compreensão, interpretação e explicação dos factos históricos, atento simultaneamente à estrutura, à conjuntura e ao acontecimento, praticando sistematicamente a interdisciplinaridade, o Prof. Joel Serrão ganhou jus ao maior apreço da comunidade científica e do mundo universitário, portugueses e internacionais.

Como discípulos de mestre tão eminente — por cuja mão entrámos no ensino universitário, no ano já longínquo de 1973, quando ele leccionava a cadeira de História Económica (e Social) no Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa — é com o maior gosto que nos debruçamos sobre o seu recente livro intitulado *Da «Regeneração» à República*.

Ao reunir e sistematizar os estudos compreendidos neste livro, o Autor regressa à abordagem de uma temática que lhe é particularmente cara e sobre a qual muito tem reflectido: a transição do Portugal «antigo», senhorial-rural, eclesiástico-aristocrático, absolutista-imperial brasileiro, para

o Portugal «moderno», aburguesado e capitalista, urbanizado e bacharelado, liberal muito mais do que democrático, regenerado mais pelo comércio internacional e colonial do que pela produção económica nacional, porfiando em viver à custa do Brasil, destino privilegiado da emigração, e do império colonial que refará em África (apesar do revez passageiro do Ultimato inglês).

Segundo as próprias palavras do Prof. Joel Serrão, os objectivos desta obra foram sobretudo os seguintes:

«1) Pôr em relevo, no contexto da história portuguesa oitocentista e seus prolongamentos novecentistas, o papel que consideramos nuclear do conceito de *Regeneração*, ligando-o às metamorfoses das sucessivas experiências sociopolíticas.

2) Aprender, nessa perspectiva, a evolução dos conceitos e das práticas de inspiração «regeneradora».

3) Entrever, nesse pano de fundo, o debate entre liberalismo e democratismo, conceitos bem diversos que, não poucas vezes, se tendem a confundir num só. No âmbito do período estudado — tal é mais sugerido do que demonstrado — só teria havido uma revolução de facto no contexto da Guerra Civil de 1832-34, a saber, a legislação de Mouzinho da Silveira, a qual condicionou a lenta transição do «Antigo Regime» para a edificação, aos ritmos possíveis, de uma sociedade virtualmente burguesa e capitalista». Nesta síntese eloquente o Autor destaca uma ideia fundamental, que é a de que a sociedade liberal portuguesa não resulta duma revolução efectuada num curto espaço de tempo e que tenha subvertido globalmente a sociedade de «Antigo Regime» que lhe preexistia, como aconteceu em França. Em Portugal, essa transição foi um processo lento, sinuoso e muito mais concebido como uma «Regeneração» do que como uma Revolução, ou seja, entendido e desejado como uma mudança que assegurava a continuidade com o que de melhor houvera no passado, uma evolução que conservava o património histórico, revitalizando-o pela Liberdade e Prosperidade que assegurariam a Salvação e a Felicidade nacionais. Assim teria acontecido desde os alvares da época da «primeira Regeneração», em 1807, até ao advento da República, consagrada constitucionalmente no ano de 1911, embora com matizes diferentes ao longo desse tempo secular, de acordo com a especificidade de cada conjuntura: Invasões Francesas e Guerra Peninsular, Vintismo, Cartismo, Guerra Civil e Legislação de Mouzinho da Silveira, Setembrismo, Cabralismo, «Regeneração enfim assumida», «Mapa cor-de-rosa», Republicanismo, «Virginal República»; e depois ainda, no prolongamento desta linha evolutiva, Sidonismo e Estado Novo.

Quanto às razões que explicam a difícil, longa e sinuosa instauração da ordem burguesa e capitalista em Portugal, afirma o Prof. Joel Serrão, na página 113, que «parece legítimo asseverar-se que as peculiaridades do processo instaurador do liberalismo derivam da convergência dos seguintes factores: debilidade da burguesia comercial em confronto com a nobreza e o clero, que detinham a riqueza suprema da Nação — a Terra; predomínio no conjunto crematístico nacional das fainas agrícolas ante uma indústria de pequenos voos, atrasada tecnicamente, a qual, a partir de 1810, fora gradualmente expulsa dos mercados brasileiros; a inexistência política das massas populares,

na sua grande maioria rurais, incrustadas em atavismos multisseculares e, ideologicamente, ainda em pleno antigo regime, com excepção apenas de alguns núcleos citadinos de Lisboa e Porto, mais abertos aos novos tempos; a pobreza geral, em suma, e, no plano internacional, a quase dependência efectiva da Inglaterra toda poderosa, então».

E como não pretendemos ser intérpretes do pensamento do Autor, tão rico e profundo, mas apenas chamar a atenção do público leitor de temas históricos para mais este importante livro do Prof. Joel Serrão, encerramos aqui esta apresentação despretenciosa.

António Pinto Ravara

Março 1991

Por amável deferência da Exma. Senhora Dona Maria Teresa Ruivo Ribeiro, sempre atenta a todas as formas de manifestação da Arte, chega-me às mãos a versão italiana, por Marcello Lenzini e Maria Luisa De Luigi Rotondi, de *Les Celtes*, de Paul-Marie Duval, que a editora Gallimard, de Paris, tão familiar aos estudiosos da História Antiga, publicou em 1977.

A divulgação deste manual foi simultânea com a espectacular exposição de arte céltica que, no Palazzo Grassi, em Veneza, decorreu de Março a Dezembro de 1991. *Espectacular* não é exagero, porquanto os materiais expostos, em qualidade e em quantidade, foram esmagadores, por mais exigente que se seja. O mesmo já não diremos dos textos que os acompanharam, a cuja redacção não presidiu um critério estritamente científico. Poderá sempre alegar-se que esta mostra cultural céltica se não destinou exclusivamente a especialistas, mas ao público em geral. Ainda assim se poderia ter evitado um certo número de lapsos que, se não desfeiam a Exposição, tornam os respectivo catálogos (que é o que fica!) instrumentos de trabalho de manuseio futuro muito acautelado. Porquê? Pela existência de deficiências de expressão ou carência de informação, de que já apresentaremos, por amostragem, alguns exemplos.

Porquê, porém, nesta altura uma exposição de arte céltica antiga? Antes de mais, penso eu, pela localização dos Celtas e das suas zonas de expansão no contexto territorial euro-asiático, que cobre praticamente todos os países que hoje são Europa — uma Europa em coesão — que os torna culturalmente credores dos povos actuais; depois, pela riqueza e diversidade do espólio hoje conhecido, que, como se observa no «prefácio» deste livro, foi, erradamente, considerado, até aos anos vinte deste século, como simples imitações, sem valor original.

A exposição céltica de Veneza foi museologicamente um sucesso, estou em crer, tanto quanto me posso aperceber pela análise dos textos disponíveis. Que o primeiro embate do visitante com o mundo dos Celtas tenha sido proporcionado pelo encontro com uma obra-prima da cultura

helenística, ainda que através de uma réplica romana, como é o *Gaulês Moribundo*, é muito para louvar. A distribuição dos Celtas na Europa antiga, a entrada dos Celtas na História, Príncipes e Chefes e suas honras, a Cultura de la Tène, os Tesouros da Arte Céltica, o Tempo dos Guerreiros (importância dos sepulcros de militares, testemunhos reveladores de uma sociedade que amava a guerra), os Celtas na Itália, os Celtas no Danúbio, o *bottino* dos Deuses, Exemplares de Escultura, de que resta muito pouco, o Culto dos Animais, os Celtas da Ibéria, os *Oppida* célticos, Trabalhos e Dias (título de uma secção, a lembrar a obra de Hesídeo Ἔργα καὶ ἡμέραι, como se não se soubesse hoje que o título original era só Ἔργα, «Trabalhos»), Numismática Céltica, O Mundo dos Deuses e dos Mortos, os Celtas na Britânia, Naus e Navegações Célticas no séc. I a. C., A Mensagem («O missionário céltico que percorre a Europa inteira, difundindo os manuscritos dos seus *scriptoria*») e a Herança Cultural, presente na arte, na literatura e na sensibilidade do mundo contemporâneo, eis os temas fulcrais da Exposição.

Erudição, riqueza, diversidade, inteligência, competência, tudo ao serviço de uma enorme ambição artística e museológica efectivamente conseguida.

Quanto aos textos, sim, aí haveria muito a dizer.

O leitor sentir-se-á um tanto embaraçado ao ler no livro de Duval (traduzimos): «Os Celtas existiam desde há muito quando, no séc. V a. C., o seu nome é pela primeira vez citado por um grego da Ásia menor, o «storico» Heródoto, a propósito da Espanha»; e no *Catálogo*, ou guia, da Exposição: «O nome dos Celtas aparece na literatura somente a partir do séc. VI a.C.»

Afinal, em que ficamos? A meu ver, na informação de Heródoto, que é do séc. V, mas a quem hoje ninguém designa por *historiador* ou *historiógrafo*, mas sim por *logógrafo*, não obstante o multissecular apodo de «Pai da História». Mas Heródoto não fala dos Celtas «a propósito da Espanha», mas sim da Ibéria, que é diferente. Ainda se dissesse Hispânia...

No capítulo da «entrada dos Celtas na história», expôs-se e comentou-se o mais antigo documento escrito, datado da primeira metade do séc. VI a.C. Trata-se de um grafito (prefiro a «esgrafito»), num Vaso de Castelletto Ticino, do antropónimo XOSIOI, que se traduz por «di Kosios». Ora estes nomes, em objectos cerâmicos, ou são marca (nome) do fabricante ou nome do destinatário; do fabricante, em genitivo, e então «di Kosios» está certo; ou do destinatário, em dativo, e não está certo. A palavra, de feição nitidamente grega, é dativo, o que exige a tradução, portuguesa, «para Cóssio» (tenho presente a forma NVMASIOI — é diferente, eu sei — da fíbula de Preneste).

Já que de linguística falamos, direi que, para mim, a maior falha do livro de Duval e do guia da Exposição de Veneza é a falta de um capítulo ou de uma secção dedicada ao *Património Linguístico dos Celtas e Sua Sobrevivência nas Línguas Românicas*. Para nós, Portugueses, é de grande importância, como continuadores dos Lusitanos.

Portugueses, para quem é doloroso verificar como somos esquecidos, ou confundidos com Espanhóis: nem um só livro de autor português, ainda que Mestre Leite de Vasconcelos tenha consa-

grado aos Celtas páginas que mantêm actualidade; ainda que a bibliografia portuguesa relativa a *torques* e a *guerreiros lusitanos* (celtas) seja imensa, ainda que o nosso Museu Nacional de Arqueologia proporcione exemplares de arte céltica inestimáveis, para só lembrarem o Museu Arqueológico Nacional, de Madrid.

E isto, apesar de na Exposição terem figurado peças de grande raridade, que já foram nossas, portuguesas...

Justino Mendes de Almeida

M.C. Díaz y Díaz, Aires A. Nascimento, J. M. Díaz de Bustamante, M. I. Rebelo Gonçalves, J.E. López Pereira, A. Espírito Santo — HISLAMPÁ. AUTORES LATINOS PENINSULARES DA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS (1350-1560). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 1993. 473 pp.

Integrada na colecção *Mare Liberum*, onde saíram já os volumes *O Cronista Rui de Pina e a «Relação do Reino do Congo»*, de Carmen Radulet, e *Diogo do Couto e a Década 8.ª da Ásia* (vol. I), de Maria Augusta Lima Cruz, acaba de ser publicada a importante obra que hoje aqui noticiamos. Importante pelo conteúdo e pela finalidade que pretende alcançar. Numa época de desenfreada ambição de lucro, a publicação de um livro tão desinteressado como este, destinado por certo a dar grande prejuízo aos editores, por se tratar de obra altamente especializada, e só apreciada por um círculo restrito de leitores é digna dos maiores encómios. Não falo já dos autores, que a esses deve-lhe ter bastado, ou não fossem humanistas puros, a satisfação do trabalho feito e a sua divulgação. A própria tiragem de 800 exemplares, limitada portanto, dá já a ideia de que se não esperava grande procura, ainda que o livro interesse a Portugal, Espanha e países dos mesmos idiomas.

Não se faz ideia do trabalho despendido pelos autores e colectores, a menos que se seja trabalhador da mesma seara, como é o nosso caso: não é apenas a imensidão da pesquisa, é o cuidado extremo na recolha da informação em língua latina, é, por fim, o trabalho causticante da revisão, agravado pela impreparação, cada vez maior, dos oficiais de tipografia. Por isso se vai recorrendo, mais e mais, a processos de impressão diferentes dos tradicionais, mas também estes têm os seus custos. As escolas de tipografia, que existiram algum dia, são hoje uma lembrança do passado, com raras e honrosas excepções para alguns mestres tipógrafos, que ainda há uns poucos, felizmente. E, se a composição implica uso de caracteres gregos, então é o fim...

HISLAMPÁ, título abreviado, penso eu, de HISPANORVM INDEX SCRIPTORVM LATINORVM MEDII POSTERIORISQVE Aevi, é designação que, francamente, me desagradou. Eu teria preferido usar apenas AUTORES LATINOS PENINSULARES DA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS (1350-1560). Sei que me respondem: E para citar a obra? Vamos fazê-lo com esse título tão extenso? Não necessariamente, a citação pode ser abreviada, se se desejar. Conformo-me, porém, com a vontade dos responsáveis.

A obra tem uma *Apresentação*, em português e em espanhol (em castelhano, se se quiser), redigida, na parte portuguesa, pelo Prof. Doutor Padre Aires A. Nascimento. Texto claro, justificativo da sua publicação, resultante de uma proposta apresentada em 1982 ao Conselho de Reitores das Universidades Peninsulares (organismo hoje extinto, penso eu), e dos termos *a quo* (1350) e *ad quem* (1560), limitativos da pesquisa. Compreende-se que esta, pela extensão, se tenha circunscrito às obras redigidas em latim. Ainda assim,

é natural, é humano que alguma informação tenha escapado, como se escreve, o que de forma alguma retira valor ao trabalho produzido. Na *Apresentação* também se esclarece que os responsáveis são, do lado português, Aires Nascimento, Maria Isabel Rebelo Gonçalves e Arnaldo Espírito Santo; do lado espanhol, Manuel C. Díaz y Díaz, José Manuel Díaz de Bustamente e José Eduardo López Pereira, professores universitários de Lisboa (Faculdade de Letras) e de Santiago de Compostela: excelente grupo de trabalho que honra a Filologia Clássica e as Universidades a que pertencem. São-lhes devidos os nossos reconhecimentos.

Segue-se à *Apresentação* uma «Saudação ao Leitor» (*LEGENTI SALVTEM*), redigida pelo Prof. M. C. Díaz y Díaz, em língua latina. São 6 páginas de latim escorreito, que não vamos aqui comentar, como é óbvio, diremos apenas que são obra de Mestre. Apenas nos limitaríamos a apontar a ilegitimidade de formas como *Vlisipponensem* (p. 15) ou *Vlysiipponensis* (p. 16), que devem ser substituídas por *Olisiponensem* e *Olisiponensis*, penso eu e justificarei se for necessário.

As pp. 17 a 20 são preenchidas pelo desenvolvimento de siglas e abreviaturas usadas ao longo da obra, e aqui se utiliza a língua latina, como é de norma neste tipo de edições de carácter científico.

De pp. 21 a 34 decorre um «índice alfabético de autores e a explicação de alguns nomes latinos», menos claros para participantes, explicação sempre útil.

Um índice dos autores latinos peninsulares, com indicação, sempre que possível, dos anos do nascimento e da morte, e bem assim de alguma bibliografia, preenche as pp. 35 a 126. Aqui, e não há que estranhar, encontro algumas falhas. Por exemplo: a p. 83 — HIERONYMVS CARDOSO, n. 1508 m. 1569. 1508, ano do nascimento? Onde está isto documentado? Eu admitiria, quando muito, c. 1508. Em Portugal, fui eu, segundo penso, quem mais estudou este «gramático»; dediquei-lhe uma boa dezena de trabalhos; nem um só vem citado neste lugar.

De pp. 127 a 473 o «índice dos autores e suas obras»: é a parte substancial do livro, riquíssima de informações bibliográficas. Volto ao «meu» (como me dizia há pouco o Professor Paul Teysser) Jerónimo Cardoso (p. 315): o meu estudo que aí se menciona é dos menos importantes de quantos dediquei ao Lamecense; refiro-me à *introdução* que redigi para a edição da versão portuguesa da oração *de sapientia*, pronunciada em Lisboa, na Universidade. De algum valor considero, sim, os meus estudos sobre os dicionários de Cardoso, o primeiro dos quais foi publicado no vol. I da EVPHROSYNE, e estes, segundo creio, mereciam uma referência.

Não se pense, no entanto, que não dou todo o valor que efectivamente merece à publicação de tão útil volume. Pelo contrário: não só lhe reconheço imenso mérito, como felicito vivamente os responsáveis e lhes agradeço, como estudioso do Humanismo e do Renascimento em Portugal, o precioso instrumento de trabalho que acabam de nos oferecer.

Justino Mendes de Almeida

Lisboa, 20 de Novembro de 1993.